



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Procuradoria Especial da Atividade Consultiva

Distribuição SEI-GDF - PGDF/GAB/PRCON

PROCESSO Nº:

Distribuem-se os autos ao(à) ilustre Procurador(a) Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira para análise e emissão de parecer.

Em razão da substituição prevista na Portaria Conjunta PGDF/SGA nº 53, de 10/09/2003, encaminho os autos ao(à) Procurador(a) Denise Ladeira Costa Ferreira para cumprimento.

MARIA JÚLIA FERREIRA CÉSAR
Procuradora-Chefe



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JULIA FERREIRA CESAR - Matr.0140689-2, Procurador(a)-Chefe**, em 07/11/2018, às 12:10, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **14798442** código CRC= **F5238100**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM Projecção I, 4º andar, sala 402 - Bairro Asa Norte - CEP 70620-000 - DF

3025-3361

00020-00036704/2018-83

Doc. SEI/GDF 14798442



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Procurador Geral do Distrito Federal
Procuradoria Especial da Atividade Consultiva

Parecer Jurídico SEI-GDF n.º 1056/2018 - PGDF/GAB/PRCON

Processo nº 00401-00018083/2018-17

Interessada: DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Assunto: Pagamento do Abono Pecuniário de Férias – Metodologia do Cálculo

Matéria: Pessoal

EMENTA: ADMINISTRATIVO.PESSOAL.METODOLOGIA DE CÁLCULO DO ABONO PECUNIÁRIO. CONTROVÉRSIA JURÍDICA. INCIDÊNCIA DO TERÇO CONSTITUCIONAL. CÁLCULO FRACIONADO. POSSIBILIDADE

- Parecer convergente com o entendimento sustentado pela Assessoria Jurídico-Legislativa da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – AJL/SEPLAG e contraposto à interpretação conferida pela Resolução/TCDF nº 246, de 11 de dezembro de 2012;

- Malgrado a divergência, adota-se uma interpretação mais rígida que viabiliza a implementação da prescrição contida nos arts.91, §2º e 113, §1º da LC 840, mediante emprego do cálculo fracionado do terço constitucional, cujo pagamento poderá ser levado a efeito por meio de duas rubricas distintas, uma sobre os dias de férias efetivamente usufruídos (20) e a outra sobre os dias correspondentes ao abono pecuniário (10 dias), de modo que resulte afastada a possibilidade de configuração do *bis in idem*;

- Uma vez estabelecido o impasse teórico, recomenda-se o encaminhamento de consulta ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, na forma autorizada dos arts.1º, V, e 2º da Lei Complementar nº 01/94 e 264 da Resolução/TCDF nº 296/2016.

Senhora Procuradora-Chefe,

I. RELATÓRIO

1. Versam os autos sobre controvérsia jurídica suscitada em torno da metodologia de cálculo a ser adotada para o pagamento do abono pecuniário dos Defensores Públicos, a partir da interpretação conferida aos arts.91, §2º e 113, §1º da Lei Complementar nº 840/2011, que explicitam a incidência do adicional de férias sobre a referida parcela.

2. Segundo a instrução dos autos, a Defensoria Pública do Distrito Federal, a teor da Resolução/CSDPDF nº 186, de 13 de setembro de 2018 e da Portaria/DPDF nº 407, de 18 de setembro de 2018, solicitou à Secretaria de Estado e Planejamento do Distrito Federal-SEPLAG/DF a alteração do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos-SIRGH, a fim de permitir a inserção de dados concernentes ao cadastramento do parcelamento das férias dos defensores públicos.[Ofício 78 (12865428)]

3. A solicitação foi atendida, feitos os ajustes para atender os termos dos atos normativos emanados da DPDF e em seguida foi encaminhado o manual de procedimentos de inserção dos dados no SIRGH. Ofício 1477 (14299572)

4. À vista dos lançamentos efetuados pela Gerência de Pagamentos da DPDF, no SIRGH, a Subsecretaria de Administração-Geral da DPDF encaminhou à SEPLAG informações sobre a metodologia de cálculo utilizada objetivando corroborar os pagamentos efetivados Ofício 617 (14335332) .

5. Instada à manifestação, a Coordenação de Administração de Pessoal e a Subsecretaria de Gestão de Pessoas assinalaram objeção à metodologia aplicada para apuração do valor do abono pecuniário, que, sob o entendimento do Órgão, estaria ensejando a percepção em duplicidade do adicional de férias, já incidente sobre a remuneração correspondente a 30 dias e não sobre os 20 dias usufruíveis. [Memorando 767 (14379506 e Memorando 2168 (14383679)]

6. Ouvida, a AJL/SEPLAG aderiu à objeção da área técnica deixando assinalado que o adicional de férias deveria incidir sobre os 20 dias das férias a serem gozadas e sobre os 10 dias das férias convertidas em abono, totalizando 1/3 sobre 30 dias, sob pena de enriquecimento ilícito em detrimento do Erário. Despacho SEPLAG/GAB/AJL/UNP 14390592

7. Devolvidos os autos, a Assessoria Jurídica da DPDF defendeu a legalidade da metodologia por eles adotada, que encontra fundamento na literalidade do §1º do art.113 da LC 840, pois “*o pagamento da verba constitucional do terço de férias deve usar como parâmetro o valor da remuneração do servidor no mesmo período (e não qualquer proporção com dias efetivamente gozados) e o pagamento do abono pecuniário deve seguir a metodologia encartada no art. 113 da Lei Complementar do Distrito Federal n.º 840/2011, donde se infere que sobre o valor do abono pecuniário incide o adicional de férias e que a base de cálculo do abono pecuniário não pode ser superior ao teto da remuneração ou subsídio mensal*”. Despacho DPDF/DPG/ASSEJUR 14412241

8. Novamente provocada, a SEPLAG/DF reafirmou sua orientação acerca da incidência do terço constitucional no cálculo das férias e do abono pecuniário. [Ofício 169 (14448586)]

9. Mantida a divergência, a Diretoria de Gestão de Pessoas/DPDF informou a utilização, pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e pela Câmara Legislativa do DF, da mesma metodologia de cálculo então adotada pela Defensoria, tendo promovido a juntada de cópia de contracheque emitido pelo TCDF (14494699) e e-mail enviado pela servidora Cleonice Duarte Batista, com demonstração da fórmula adotada (14493908).

10. E, não obstante o impasse, em 30/10/2018, a Defensora Pública-Geral decidiu pelo acolhimento da tese de sua Assessoria Jurídica e solicitou à SEPLAG “*o pagamento do abono pecuniário em conformidade com a metodologia de cálculo apresentada pela Defensoria Pública do Distrito Federal no exercício de sua autonomia e responsabilidade administrativas, declarando resguardada a hipótese do artigo 119, §2º, da LC nº 840/2011, caso verificada qualquer incorreção pelos órgãos de controle*”(grifos no original) Decisão 01 (14480453) . A determinação foi levada a efeito e encaminhados os autos para análise e manifestação da Procuradoria-Geral. [Despacho SEPLAG/GAB 14574056 e Ofício 3575 (14574690)]

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

11. De singeleza apenas aparente, a questão alusiva ao cálculo do abono pecuniário de férias sempre suscitou dúvidas no âmbito jurídico, pois a depender da interpretação adotada poderá atrair debates em torno da caracterização do chamado *bis in idem*, levando-se em consideração a possibilidade teórica de incidência do adicional de férias (terço constitucional) sobre o valor global da remuneração (30 dias) e, novamente, sobre o valor do respectivo abono.

12. Decerto, a solução que se busca não será alcançada por meio de uma compreensão da previsão estatutária específica, mas demandará uma análise sistemática e contextualizada acerca do instituto da conversão em pecúnia de um terço das férias.

13. A Constituição Federal, no art.7º, XVII c/c art.39, §3º, assegura aos trabalhadores e também ao servidor público “o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais que o salário normal”.

14. No âmbito da legislação infraconstitucional foi instituída a possibilidade de se converter 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário. O instituto, popularmente conhecido como “venda de férias”, tem suas origens na legislação laboral (art.143, CLT [1]) e encontra-se igualmente acolhido pela legislação estatutária distrital (Lei Complementar nº 840/2011, art.113, §1º e 2º).

15. Embora a previsão legal seja de longa data (Lei nº 8.112/90, art.78 [2]), o tema ainda representa novidade no âmbito do Poder Executivo, uma vez não autorizada, até o momento, a percepção do abono de férias por seus servidores.

16. A rigor, além da Defensoria Pública, cuja implantação deriva do exercício de sua autonomia administrativa e funcional [3], apenas o Tribunal de Contas do Distrito Federal e a Câmara Legislativa autorizam a conversão em pecúnia do terço de férias de seus servidores. Daí as controvérsias acerca da metodologia de implantação no âmbito do SGRH/DF.

17. Sobre o tema, assim dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Distritais:

Lei Complementar nº 840/2011

Art. 91. Independentemente de solicitação, é pago ao servidor, por ocasião das férias, **um adicional** correspondente a **um terço da remuneração ou subsídio do mês em que as férias forem iniciadas.**

(...)

§ 2º O adicional de férias incide sobre o valor do abono pecuniário.

§ 3º A base para o cálculo do adicional de férias não pode ser superior ao teto de remuneração ou subsídio, **salvo em relação ao abono pecuniário.**

Art. 113. A conversão de um terço das férias em abono pecuniário depende de autorização do Governador, do Presidente da Câmara Legislativa ou do Presidente do Tribunal de Contas.

§ 1º Sobre o valor do abono pecuniário, incide o adicional de férias.

§ 2º A base para o cálculo do abono pecuniário não pode ser superior ao teto de remuneração ou subsídio.

Art. 125. A cada período de doze meses de exercício, o servidor faz jus a trinta dias de férias.

18. A leitura dos dispositivos em referência revela que o legislador teve extremo cuidado em garantir o reflexo do terço constitucional (ou adicional de férias) sobre o valor do abono pecuniário. Assim o fazendo procurou elidir o longo caminho dos debates jurídicos trilhado, por exemplo, no âmbito da Justiça Obreira, que por muitos anos divergia sobre a metodologia de cálculo do abono pecuniário.

19. Nesse ponto, embora **ciente da diversidade de regimes**, verifica-se oportuna e pedagógica a leitura do entendimento jurisprudencial trabalhista acerca legalidade da metodologia de cálculo que

considera a incidência do adicional de férias (terço constitucional) sobre os dias convertidos pecuniário. Vide alguns desses arestos:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. O Regional explicitou os motivos pelos quais entendera que o valor devido a título de adicional de férias e de pecúnia não era prejudicado pela metodologia de cálculo da agravada, salientando que o valor da pecúnia não sofria incidência do adicional de férias, pois já incidia nos 30 dias de férias. Assim, não se vislumbra a alegada nulidade por negativa de prestação jurisdiccional, restando intacto o artigo 93, inciso IX, da Constituição, único dispositivo que autoriza o conhecimento da aludida preliminar em processo sujeito ao rito sumaríssimo, a teor das Súmulas 442 e 459 do TST. Agravo Regimental não provido. CÁLCULO DO ABONO PECUNIÁRIO E DO TERÇO CONSTITUCIONAL SOBRE AS FÉRIAS. **A jurisprudência desta Corte consagra entendimento de que não há incidência do acréscimo do terzo constitucional sobre os dias convertidos em abono pecuniário. Isso em razão de o abono previsto no art. 143 da CLT constituir-se em uma contraprestação pelo serviço prestado nos dias a que ele corresponde, não se tratando de férias. Assim, apesar de fazer incidir o terzo constitucional sobre o abono pecuniário e período de gozo das férias, separadamente, o método adotado pela agravada não causou prejuízo à agravante, pois não reduziu o valor total a que ela teria direito a título de abono pecuniário e adicional de férias, razão pela qual não se constata a pretensa violação aos arts. 7º, XXVII, da CR-88, 143 da CLT, nem a contrariedade à Súmula 328 do TST.** Agravo Regimental não provido. INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. O art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014, dispõe ser ônus da parte, sob pena de não conhecimento, "indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista". Na presente hipótese, a parte recorrente não observou o requisito contido no dispositivo mencionado, o que inviabiliza a reforma do r. despacho que denegou seguimento ao recurso de revista. Agravo Regimental não provido. (AgR-AIRR - 1007-80.2015.5.08.0122 , Relator Ministro: Breno Medeiros, Data de Julgamento: 04/04/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 06/04/2018)

FÉRIAS. ABONO PECUNIÁRIO. TERÇO CONSTITUCIONAL. BASE DE CÁLCULO. A Súmula nº 328 desta Corte garante o pagamento do terzo constitucional para as férias integrais ou proporcionais, gozadas ou não: "O pagamento das férias, integrais ou proporcionais, gozadas ou não, na vigência da CF/1988, sujeita-se ao acréscimo do terzo previsto no respectivo art. 7º, XVII". Na hipótese dos autos, a reclamada procedeu ao correto cálculo do valor do terzo das férias. Pagou 1/3 sobre os 20 dias de férias gozados e mais 1/3 sobre os 10 dias convertidos em pecúnia, ou seja, pagou o terzo constitucional de férias sobre os 30 dias, embora em rubricas distintas. **Não há prejuízo em cálculo do terzo constitucional de férias de forma fracionada: primeiro sobre os 20 dias usufruídos e depois sobre os 10 dias relativos ao abono pecuniário. O que importa para os empregados, no que diz respeito ao terzo constitucional de férias, é receber o terzo equivalente aos 30 dias de férias.** Decisão regional em harmonia com a jurisprudência desta Corte. Recurso de revista não conhecido. (RR - 104-65.2011.5.07.0008 , Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 11/02/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 20/02/2015)

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA - ABONO PECUNIÁRIO - **CÁLCULO FRACIONADO DE UM TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS** DIFERENÇAS - INEXISTÊNCIA. Em face do disposto no art. 7º, XVII, da Constituição Federal e na Súmula nº 328 do TST, o cálculo do terço constitucional se materializa considerando o valor dos trinta dias de férias, o que se operou no caso vertente. Isso porque, embora fracionado o cálculo do terço constitucional, sendo seu pagamento efetuado sob duas rubricas distintas, uma sobre os dias de férias efetivamente usufruídos e a outra sobre os dias correspondentes ao abono pecuniário, contemplou os trinta dias de férias. **O valor do abono pecuniário a que alude o art. 143 da CLT deverá ser considerado em relação ao valor global das férias, sob pena de ocorrência de in idem se calculado o terço sobre o valor global (2/3 + 1/3 e 1/3 + 1/3) e, novamente, sobre o valor do abono.** Precedentes. Recurso de embargos conhecido e desprovido." (Processo: E-RR - 1246-13.2011.5.07.0006, data de julgamento: 20/3/2014, Relator Ministro: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, data de publicação: DEJT 28/3/2014

RECURSO DE REVISTA. FÉRIAS. ABONO PECUNIÁRIO. BASE DE CÁLCULO. TERÇO CONSTITUCIONAL. A Constituição Federal, ao prever o pagamento do gozo de férias com acréscimo de um terço, determinou um novo patamar remuneratório para o descanso remunerado, quer dizer, todo período de férias deve ser remunerado com um terço. Entretanto, se o empregado aquiesce em dividir esse período, é lógico que ele não tem direito a mais um terço; se o período das férias é de trinta dias, ele tem direito aos trinta dias correspondentes. Assim, na medida em que a Constituição Federal garante o terço constitucional sobre a remuneração de férias, não há como se entender que o abono de que trata o caput do artigo 143 da CLT esteja incluído nessa previsão, **já que de férias não se trata**. Realmente, apesar da dicção do artigo 144 da CLT, é certo que referido abono significa contraprestação pelo serviço, o que se mostra suficiente para excluir a verba da incidência do terço constitucional. Destaque-se que a lei prevê férias de no máximo trinta dias (artigo 130, I, da CLT). Assim, **a incidência do terço constitucional sobre o abono pecuniário implicaria pagamento de férias de 40 dias**, significando impor obrigação não prevista em lei, em claro desrespeito ao artigo 5º, II, da CF. Recurso de recurso parcialmente conhecido e provido. (RR - 585800-56.2007.5.12.0026, Redator Ministro: Horácio Raymundo de Senna Pires, Data de Julgamento: 02/09/2009, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/05/2010)

(destaques nossos)

20. Percebe-se, com clareza, que a metodologia de cálculo defendida pela SEPLAG [Ofício 169 (14448586)] é convergente com a leitura implementada no âmbito do regime celetista, que somente admite a incidência do terço constitucional sobre o abono pecuniário de forma fracionada, ou seja, quando **não** tiver refletido sobre a totalidade dos dias de férias (30), mas apenas sobre os dias de efetivamente usufruídos (20), a fim de que não resulte caracterizado o *bis in idem*.

21. Não obstante inspiradora, há de se ter em mente que o art.143 da CLT de forma objetiva **apenas prevê** a possibilidade de conversão do terço de férias em pecúnia, **sem fazer** qualquer menção à incidência do terço constitucional sobre o abono. E assim o fez porque o abono pecuniário não guarda a natureza de férias, mas de mera contraprestação dos serviços prestados no período de

descanso não gozado e pago pelo empregador.

22. Por sua vez, no âmbito do regime jurídico estatutário distrital, a compreensão exegética demandará um pouco mais de elaboração, tendo em vista a complexidade que se conferiu à disciplina legal do adicional de férias e do abono pecuniário. Do conjunto de comandos dispostos nos arts.91 e 113 da LC 840/2011 extrai-se:

- o adicional de férias corresponde à 1/3 sobre a remuneração do **mês** em que as férias forem iniciadas (art.91, *caput*);
- o adicional de férias **incide** sobre o valor do **abono pecuniário** (arts.91, §2º e 113, §2º);
- a base de cálculo do adicional de férias não pode ser superior ao teto de remuneração, **salvo** em relação ao abono pecuniário (art.91,§3º);
- a base de cálculo do abono pecuniário não pode ser superior ao teto de remuneração (art.113,§2º).

23. À primeira vista, uma compreensão literal poderia levar o intérprete a concluir que, de fato, o legislador pretendeu alargar a base de cálculo do adicional de férias, quando estabeleceu a sua incidência sobre a remuneração do mês das férias e sobre o valor do abono pecuniário, deixando assinalada, para esse efeito, a exclusão do limite do teto remuneratório.

24. Parece simples mas não é! A rigor, não se pode olvidar que a mesma lei prevê férias de 30 (trinta) dias para o servidor (art.125). Visto sob esse enfoque mais amplo, a incidência do terço constitucional sobre a remuneração total de férias (30 dias) e sobre o abono pecuniário importará no **pagamento do adicional calculado com base em 40 (quarenta) dias de férias** (que não se impõe como direito assegurado em lei).

25. Destarte, a leitura sistemática da legislação de regência acerca do adicional de férias – CF, art.7º, XVII c/c art.39,§3º, LC 840, arts.91, *caput* e §§2º 3º, 113,§§1º e 2º e 125 – não respalda a compreensão que amplia a base de cálculo do adicional de férias, afronta o princípio do *non bis in idem* e confere ao servidor um incremento a título de adicional de férias sem correspondência com o período legalmente estipulado pela norma estatutária para as férias.

26. Malgrado a existência de outras compreensões, não vislumbro a possibilidade de conferir outra leitura senão aquela que aponta para a necessidade de se imprimir uma interpretação mais rígida, que, dialogando com os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da legalidade, permita o implementação do comando inserto nos arts.91, §2º e 113,§1º da LC 840 mediante emprego do cálculo fracionado do terço constitucional, cujo pagamento poderá ser levado a efeito por meio de duas rubricas distintas, uma sobre os dias de férias efetivamente usufruídos (20) e a outra sobre os dias correspondentes ao abono pecuniário (10 dias), de modo que resulte elidida a configuração do *bis in idem*.

27. De se pontuar, entretanto, que o Tribunal de Contas do Distrito Federal, por meio de ato setorial destinado aos seus servidores (Resolução/TCDF nº 246, de 11 de dezembro de 2012), parece explicitar outro entendimento, que, de certo modo, é convergente com a metodologia de cálculo apresentada pela DFPDF. Confira-se a sua transcrição:

RESOLUÇÃO/TCDF 246, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

(...)

Art. 9º A remuneração de férias corresponderá ao período de 30 (trinta) dias, e será acrescida do valor integral do adicional de férias, correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração, tendo sua base de cálculo limitada ao teto de remuneração ou subsídio.

§ 1º Na hipótese de concessão do abono pecuniário, o **cálculo do adicional de férias levará em conta o somatório da remuneração ou subsídio com a parcela indenizada.** (destaque nosso)

28. Embora restrita ao ambiente interno do Tribunal de Contas, a leitura explicitada no §1º do art.9º da citada Resolução ganha relevo no âmbito administrativo distrital e incrementa as controvérsias alusivas à metodologia de cálculo a ser adotada no processo de conversão de férias em pecúnia, tendo em vista a possibilidade latente de se proceder a pagamento em duplicidade do adicional de férias, na hipótese de sua incidência sobre o somatório da remuneração (não proporcional a 20 dias usufruíveis) com a parcela indenizada.

29. Uma vez estabelecido o impasse teórico, recomenda-se o encaminhamento de consulta ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, para, a teor dos arts.1º, V, e 2º da Lei Complementar nº 01/94 e 264 da Resolução/TCDF nº 296/2016, dirimir dúvida pontual acerca da aplicação dos arts.91, §2º e 113,§1º da LC 840/2011, com vistas à ulterior definição de metodologia de cálculo do abono pecuniário.

III – CONCLUSÃO

30. Feitas essas considerações, conclui-se:

- de forma convergente com o entendimento sustentado pela Assessoria Jurídico-Legislativa da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – AJL/SEPLAG e contraposta à interpretação conferida pela Resolução/TCDF nº 246, de 11 de dezembro de 2012;
- malgrado a divergência, adota-se uma interpretação mais rígida que viabiliza a implementação da prescrição contida nos arts.91, §2º e 113,§1º da LC 840, mediante emprego do cálculo fracionado do terço constitucional, cujo pagamento poderá ser levado a efeito por meio de duas rubricas distintas, uma sobre os dias de férias efetivamente usufruídos (20) e a outra sobre os dias correspondentes ao abono pecuniário (10 dias), de modo que resulte afastada a possibilidade de configuração do *bis in idem*;
- uma vez estabelecido o impasse teórico, recomenda-se o encaminhamento de consulta ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, na forma autorizada dos arts.1º, V, e 2º da Lei Complementar nº 01/94 e 264 da Resolução/TCDF nº 296/2016.

É o parecer.

DENISE LADEIRA COSTA FERREIRA

Procuradora - Distrito Federal

Mat.99.610-6

[1] CLT, Art. 143 - É facultado ao empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes. [\(Redação dada pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977\)](#) [\(Vide Lei](#)

[nº 7.923, de 1989\)](#)

[\[2\]](#) Lei 8.112 (redação original recepcionada no DF pela Lei 197/91)

Art. 78. O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período, observando-se o disposto no § 1º deste artigo. (Vide Lei nº 9.525, de 1997)

§ 1º É facultado ao servidor converter 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, desde que o requeira com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência.

§ 2º No cálculo do abono pecuniário será considerado o valor do adicional de férias. (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

[\[3\]](#) cf. **Parecer nº 867/2018-PGDF:**

EMENTA: Conversão de férias em abono pecuniário. Defensoria Pública do Distrito Federal. Inteligência das Leis Complementares Distritais 828/10 e 840/11 e da Lei Orgânica do Distrito Federal. Competência do Conselho Superior da Defensoria Pública local para regulamentar a matéria. Autonomia administrativa da Defensoria Pública do Distrito Federal que, por força da Emenda 61, de 2012, à Lei Orgânica do Distrito Federal, abrange a regulamentação e a prática do ato referido.

(...)

Assim, considera-se, em razão da edição da emenda citada, que a Lei Complementar 828/2010, por assim dizer, ganhou nova vida, pois, por força da LODF, passou a ser aplicável aos Defensores. Desse modo, a partir de 2012, ou seja, posteriormente à LC 840/11, e já sob a égide da nova redação da Constituição Federal, que conferiu autonomia administrativa à Defensoria, atribuiu-se ao conselho a regulação de "quaisquer outras vantagens aos Procuradores de Assistência Judiciária do Parecer Jurídico nº 867/2018-PRCON/PGDF (13511779) SEI 00020-00028265/2018-35 / pg. 7 Distrito Federal". Onde se lê Procuradores, passou-se a ler-se Defensores. Penso, nessa toada, que, a partir de tal emenda à Lei Orgânica, todas as vantagens que possam tocar aos defensores, incluído o abono pecuniário em tela, devem ser regulados pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do DF. O referido conselho, aliás, como consta de ofício juntado aos autos, encaminhado pela Defensoria Pública-Geral da DPDF, aprovou resolução que fixa critérios para a conversão de um terço de férias em abono pecuniário (Resolução nº 183 de 13 de setembro de 2018). Deixo de emitir juízo sobre a resolução juntada, por não fazer parte da consulta formulada.

Diante do exposto, concluo que compete ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Distrito Federal regular a conversão de 1/3 (um terço) de férias em abono pecuniário, respeitados os limites orçamentários.



Documento assinado eletronicamente por **DENISE LADEIRA COSTA FERREIRA - Matr.0099610-6, Procurador(a) do Distrito Federal**, em 11/12/2018, às 15:45, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **15863450** código CRC= **A1CACC06**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM Projeção I, 4º andar, sala 402 - Bairro Asa Norte - CEP 70620-000 - DF

3025-3361

00020-00036704/2018-83

Doc. SEI/GDF 15863450



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Procuradoria Especial da Atividade Consultiva

Cota de Aprovação SEI-GDF - PGDF/GAB/PRCON

PROCESSO N°: 401-00018083/2018-17

MATÉRIA: Pessoal

APROVO O PARECER N° 1.056/2018 PRCON/PGDF, exarado pela ilustre Procuradora do Distrito Federal Denise Ladeira Costa Ferreira.

A conclusão jurídica sobre o tema nos parece perfeita. Portanto, a recomendação de formalização de consulta ao Tribunal de Contas do Distrito Federal ficará a cargo dos órgãos envolvidos, se houver interesse nesse sentido.

MARIA JÚLIA FERREIRA CÉSAR
Procuradora-Chefe

De acordo.

Restituam-se os autos à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, para conhecimento e providências.

PAOLA AIRES CORRÊA LIMA
Procuradora-Geral do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JULIA FERREIRA CESAR - Matr.0140689-2, Procurador(a)-Chefe**, em 11/12/2018, às 15:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PAOLA AIRES CORREA LIMA - Matr.0096942-7, Procuradora-Geral**, em 12/12/2018, às 20:27, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **15930420** código CRC= **5648DEE7**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM Projeção I, 4º andar, sala 402 - Bairro Asa Norte - CEP 70620-000 - DF

3025-3361

